



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**PARECER PRÉVIO Nº 26/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 1490/2008 (9 vols.).**

**Apenso:** Processos nº 5098/2007 e 6182/2007.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.

**4- Exercício:** 2007.

**5- Responsáveis:** Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira, Prefeito Municipal de Presidente Figueiredo.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 376/2013 (fls. 1724/1726).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 736/2013-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 1715/1716).

**8- Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2007.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando desaprovação das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando a **DESAPROVAÇÃO** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Presidente Figueiredo, referente ao exercício de 2007, Gestão do Sr. **ANTÔNIO FERNANDO FONTES VIEIRA**, Prefeito e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 1º, inciso 1, c/c o art. 58, alínea "c", da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea "a", item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**10- Ata:** 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 20 de maio de 2014.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**PARECER PRÉVIO Nº 26/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Relator

**LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE**  
Conselheiro

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição



**ACÓRDÃO Nº 26/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 26/2014)**

**1- Processo TCE nº 1490/2008 (9 vols.).**

**Apenso:** Processos nº 5098/2007 e 6182/2007.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.

**4- Exercício:** 2007.

**5- Responsáveis:** Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira, Prefeito Municipal de Presidente Figueiredo.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 376/2013 (fls. 1724/1726).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 736/2013-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 1715/1716).

**8- Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.  
Exercício de 2007.

*Contas irregulares. Glosa. Recomendações à origem. Multa ao responsável. Prazo para recolhimento. Autorizada inscrição na dívida ativa e cobrança executiva.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

**9.1- à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Sr. Conselheiro-Relator, no sentido de:

**9.1.1- JULGAR pela IRREGULARIDADE** das contas da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, referente ao exercício de 2007, tendo como responsável o Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso 11 c/c o art. 22, inciso III, alíneas “h” e “c” da Lei nº 2.423/96 em razão da permanência das falhas;

**9.1.2- GLOSAR o valor total de R\$ 14.803,00** (quatorze mil, oitocentos e três reais), para devolução aos cofres do Município, corrigidos monetariamente, pelas seguintes impropriedades:

a) R\$ 7.803,00 (sete mil, oitocentos e três reais), baseado no item 15 do voto (Relatório Conclusivo nº 26/2011-SECAMI - Restrição nº 19.d - fls. 1025), referente aos gastos feitos por ocasião da festas dos dias dos pais.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 26/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 26/2014)**

b) R\$ 7.000,00 (sete mil reais), baseado no item 16 do voto (Relatório Conclusivo nº 26/2011-SECAMI - Restrição nº 19.1 - fls. 1025/1027), referente ao alto valor gasto com locação de ônibus para transporte escolar.

**9.1.3- RECOMENDAR** ao atual gestor municipal que:

a) Observe os prazos previstos nas normas legais desta Corte de Contas, bem como os dispositivos da Resolução 07/2002, referente ao ACP;

b) Cumpra o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal acerca da comprovação das contas, da apresentação de relatórios de transparência e da realização de audiências públicas para demonstração e avaliação do cumprimento de metas fiscais no exercício;

c) Observe as disposições da Lei de Licitações, em especial quanto à realização da modalidade adequada de certame e indicação dos recursos, com formalização de todos os procedimentos, inclusive os relativos a dispensas e inexigibilidades, devendo todos os procedimentos realizados no órgão serem enviados à Corte por meio do ACP;

d) Organize, na forma da legislação de regência, a gestão patrimonial e o controle dos bens adquiridos e estocados, bem assim do patrimônio;

e) Organize os serviços contábeis do Município de modo a que se evitem as discrepâncias verificadas nos lançamentos destas contas.

**9.2- Por maioria**, termos do voto do Excelentíssimo Sr. Conselheiro-Relator, no sentido de:

**9.2.1- MULTAR o Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira**, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesa de Presidente Figueiredo:

a) No valor de R\$ 1.096,03 (mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme o art. 308, 11 da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, por cada mês de atraso no encaminhamento, por meio magnético (ACP), das movimentações contábeis referentes aos meses de março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro (10 meses), totalizando o montante de R\$ 10.960,30 (dez mil, novecentos e sessenta reais e trinta centavos), Item 1 do voto;

b) No valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pela inobservância de prazo legal, referente aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária dos bimestres janeiro/fevereiro, março/abril, maio/junho, julho/agosto, setembro/outubro e novembro/dezembro, contrariando o disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de **R\$ 6.576,18 (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos)**, item 2 do voto.

c) No valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pela inobservância de prazo legal, em razão do não envio a esta Corte de Contas dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º e 2º semestres, totalizando o montante de R\$ 2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), item 3 do voto.

d) No valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTASACÓRDÃO Nº 26/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 26/2014)

Resolução nº 25/2012- TCE/AM, pela inobservância de prazo legal fixado por este Tribunal de Contas, por ausência de lançamentos no sistema ACP de contratos, convênios e aditivos, bem como pela inobservância de prazo legal para a remessa de documentos, item 4 do voto.

e) **No valor de R\$ 8.768,25 (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelas faltas cometidas nos itens 5 ao 16 descritos no voto, contra a norma legal de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

f) **No valor de R\$ 8.768,25 (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelas faltas cometidas no item 17 do voto, contra a norma legal de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, referentes às irregularidades apontadas em cópia de denúncia às fls. 961/1003 (Processo nº 4258/2009), que alcançam a presente prestação de contas.

9.2.2- **FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias**, para que o Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque, recolha os valores dos débitos, que lhe foram aplicados, aos cofres públicos (art. 72, III, "a", da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

9.2.3- **AUTORIZAR**, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE.

*Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade de multa por atraso no ACP. Vencido o Conselheiro Raimundo José Michiles que votou aplicando multas calculadas à época dos fatos.*

**10- Ata:** 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 20 de maio de 2014.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição